

CPEM - Relatório e Contas 2022

1. Enquadramento

Este é o Relatório e as Contas de 2022 do CPEM que a Direção apresenta à Assembleia Geral de Sócios de 06 de março de 2023, o qual foi submetido a parecer prévio do Conselho Fiscal.

Com o fecho do ano de 2022 encerra-se igualmente o mandato 2019/2022 dos atuais Corpos Sociais, pelo que faremos simultaneamente um balanço do ano e do mandato.

Sendo os mandatos de quatro anos, neste mandato só o primeiro ano se realizou em circunstâncias normais. Em 2020 surgiu um surto epidémico com efeitos e características devastadoras para os mais idosos e para as estruturas residenciais que os apoiam, quer ao nível da saúde/letalidade, como ao nível social, psicológico, com confinamentos prolongados e sucessivos que ainda não estão ultrapassados.

Os resultados económicos dos exercícios refletem indubitavelmente todas as mudanças incrementadas de forma a assegurar as medidas de segurança necessárias e impostas pela DGS para responder à pandemia.

Do lado da receita, esta foi imediatamente reduzida com o encerramento da valência Centro Dia, logo em março de 2020, por razões de segurança sanitária.

Do lado da despesa, os encargos mensais subiram com os elevados consumos de material de proteção, reforço de equipamentos, produtos e frequência do serviço de higienização e desinfeção, a reorganização dos serviços e o reforço do número de trabalhadores para a ERPI conseguir prestar os serviços nas novas condições.

O resultado líquido do ano civil de 2022 é negativo em parte em resultado do acima exposto.

2. Balanço social do mandato

O CPEM, após em 2018 ter visto finalmente o Supremo Tribunal de Justiça reconhecer a mais 2,5 milhões de euros de indemnização pela parte da propriedade expropriada em 1994 pela Câmara Municipal de Lisboa, durante o mandato que agora finda fez os seguintes investimentos e melhoramentos na Quinta da Mineira, onde funciona a ERPI:

- a) Remodelação total do Edifício A, tendo
 - O piso 2 ficado como salas de estar, completamente equipadas com ar condicionado e mobiliário adequado;
 - O piso 1, com gabinetes da área técnica e da direção e salas de reunião e instalação de ar condicionado;
 - Piso 0, ginásio

- b) Remodelação total do edifício D e instalação de um balneário para os trabalhadores;
- c) Remodelação do piso 1 do edifício B para instalação de uma enfermaria com 2 quartos;
- d) Criação de três espaços cobertos no exterior;
- e) Cobertura do corredor de acesso do balneário ao edifício B;
- f) Arranjo e reparação da mina de água que dá o nome à propriedade e espaço exterior adjacente;
- g) Limpeza do poço e sua cobertura em vidro transparente;
- h) Limpeza e reparação do tanque de água;
- i) Criação do jardim dos sentidos
- j) Alcatroamento da zona de estacionamento ao fundo da propriedade, reservada para funcionários
- k) Reparação da estrada de acesso aos edifícios e marcação do estacionamento para visitantes;
- l) Colocação de mais 64 painéis solares e baterias para poupança de energia;
- m) Aquisição de quatro bombas de calor de apoio ao AQS e ao aquecimento central, passando o uso do gás para eletricidade;
- n) Instalação de uma sala de eletroterapia completamente equipada;
- o) Substituição do mobiliário mais velho e aquisição de material de apoio à mobilidade.

Para rendibilização do dinheiro existente, o CPEM fez um investimento de cerca de 1 milhão de euros na aquisição de cinco apartamentos nos concelhos da Amadora e Oeiras para rendimento a favor da atividade social da Instituição. As aquisições foram todas feitas em leilões judiciais e todos os imóveis estão arrendados.

Lista de imóveis adquiridos:

IMÓVEIS ADQUIRIDOS EM LEILÕES JUDICIAIS								
Tipologia	Área Bruta Privativa (m2)	Área Bruta Dependente (m2)	Morada	Andar	Freguesia	Concelho	Designação	Custo Aquisição
T3	88,82	1,75	Rua Núcleo da Praça Zambujal, 25	3 B	Alfragide	Amadora	ALFRAGIDE 3B	162 007,43 €
T4	215	74,64	Rua António Aurélio da Costa, 10	r/c Esq	Águas Livres	Amadora	Damaia 10.B	341 147,14 €
T3	158,06	34,62	Rua António Aurélio da Costa, 10	1º Esq	Águas Livres	Amadora	Damaia 10.D	243 342,71 €
T2	60	0	Trav. José Maria da Costa, 8	r/c Esq	Cruz Quebrada-Dafundo	Oeiras	Dafundo	158 235,75 €
T1	41,3	0	Praceta Barbosa Bocage, 7	8º C	Carnaxide	Oeiras	Carnaxide	133 721,35 €
								1 038 454,38 €

O CPEM solicitou ainda a um gabinete de arquitetura um projeto de remodelação do edifício C (desativado) para instalação de oito quartos de casal, mas nada implementou porque entretanto veio a pandemia que tudo paralisou e/ou encareceu, como foi o caso da construção civil.

3. Resultados económicos e financeiros do exercício

Conforme podem ver nos quadros anexos, o resultado de 2022 antes de depreciações, gastos financeiros e impostos (EBDITA) é de €593,37, mas o resultado líquido do período é de €-136.538,47, dos quais €-132.244,63 diz respeito a depreciações e amortizações. Os encargos globais foram de €1 071 003,00.

Primeiro dado muito relevante: Em 2022 cada utente custou €1 692,00/mês à ERPI do CPEM e a receita média obtida pelo pagamento global dos serviços prestados foi de €1 118,00.

Quadro com os dados mais relevantes a 31 de dezembro de 2022 e que podem ser retirados do Balanço e Demonstração de Resultados junto:

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA do CPEM - ALGUNS DADOS DE 2022	
Média trabalhadores do quadro ao longo do ano de 2022	42
Média utentes ERPI ao longo do ano de 2022	46
Liquidez geral = Ativo Corrente/Passivo Corrente *100	661,97%
Fundo Maneio (FM) Ativo Corrente - Passivo Corrente	764 656,54 €
Liquidez reduzida = (Ativo Corrente - Inventário) / Passivo Corrente*100	660,47%
Autonomia Financeira = Capital Próprio/capital Ativo*100	97,31%
Solvabilidade = Capital Próprio/Passivo Total*100	3618,93%
Peso dos gastos c/ pessoal = Gastos c/ Pessoal/Rendimento total	68,50%
Peso da comparticipação Segurança Social = Comparticipação Segurança Social/Rendimento total	27,19%

O CPEM apresenta uma situação económica e financeira sólida devido ao reforço patrimonial ocorrido em 2018, mas isso não esconde que a atividade da ERPI é cronicamente deficitária o que coloca em risco a sua sustentabilidade a médio prazo. Um dos fatores que contribui para a menor rendibilidade da Estrutura Residencial é a sua capacidade para residentes ser inferior a 60, o que não permite o melhor rácio em termos de pessoal e capacidade na aquisição de bens.

O ano de 2022 fecha também um exercício do mandato pelos atuais corpos sociais. Importa, pois, passar em revista e analisar os resultados do exercício do mandato na associação CPEM.

Ao longo dos quatro anos todos os resultados líquidos do exercício são negativos, sendo os dois piores os anos de 2020 e 2021 onde os custos com a pandemia se fizeram mais sentir. A atividade da ERPI é cronicamente deficitária, dado a soma da comparticipação dos utentes com a comparticipação fixa da Segurança Social ser inferior ao custo real com o utente. O ano de 2022 é o único cujo resultado antes das depreciações não é negativo, mas ainda assim fica com um resultado líquido bastante inferior ao de 2018. Ao longo destes quatro anos, a venda dos serviços subiu 25,2%, todo o grupo de custos acima dos 33%, tendo os encargos com pessoal subido 40,3%.

Em contrapartida, o CPEM reforçou o seu património em propriedades de Investimento em mais de €2 milhões de euros, sendo de €5 milhões em 31 de dezembro de 2022. Será do melhor aproveitamento e rendibilização deste património que o CPEM poderá sustentar a sua atividade e ir colmatando o défice crónico do desenvolvimento da sua atividade social.

Quadro comparativo com os principais dados dos últimos seis anos e evolução percentual dos últimos quatro, a que diz respeito o mandato que agora termina.

Centro Popular D Espie Miranda - ESNL							
Dem. Resultados	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2019 - 2022
Vendas e serviços prestados	454 766 €	493 118 €	533 178 €	539 665 €	540 276 €	617 139 €	25,2%
Subsídios à exploração	195 778 €	194 630 €	190 452 €	195 553 €	221 429 €	254 067 €	30,5%
Variação nos inventários da produção		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	
Trabalhos para a própria entidade			26 953 €			0 €	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	107 214 €	96 476 €	111 726 €	131 274 €	138 883 €	134 598 €	39,5%
Fornecimentos e serviços externos	114 955 €	112 821 €	157 295 €	174 341 €	136 525 €	151 018 €	33,9%
Gastos com o pessoal	411 643 €	456 420 €	542 854 €	578 494 €	583 832 €	640 153 €	40,3%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)						0 €	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)						0 €	
Provisões (aumentos/reduções)		0 €				0 €	
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)						0 €	
Aumentos/reduções de justo valor		0 €				0 €	
Outros rendimentos e ganhos	31 570 €	3 205 €	34 858 €	52 337 €	53 064 €	63 260 €	1873,9%
Outros gastos e perdas	615 €	3 675 €	1 665 €	453 €	12 983 €	8 103 €	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	47 687 €	21 563 €	-28 100 €	-97 008 €	-57 453 €	593 €	-97,2%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	70 854 €	75 128 €	76 201 €	110 678 €	134 169 €	132 245 €	76,0%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)						0 €	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-23 166 €	-53 566 €	-104 300 €	-207 685 €	-191 622 €	-131 651 €	145,8%
Juros e rendimentos similares obtidos					135 €	0 €	
Juros e gastos similares suportados	0 €	40 €		191 €	47 €	1 €	
Resultado antes de impostos	-23 166 €	-53 606 €	-104 300 €	-207 876 €	-191 534 €	-131 652 €	145,6%
Imposto sobre o rendimento do período		0 €	0 €	0 €	0 €	4 886 €	
Resultado líquido do período	-23 166 €	-53 606 €	-104 300 €	-207 876 €	-191 534 €	-136 538 €	154,7%

AFT - Investimentos	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	Total
Propriedades de Investimento	0 €	0 €	0 €	1 042 100 €		11 303 €	1 053 402,78 €
Terrenos	748 197 €	-400 864 €	0 €	761 605 €			1 108 937,76 €
Edifícios e Outra Construções	2 053 832 €	92 012 €	0 €			51 413 €	2 197 256,31 €
Equipamento Básico	353 295 €	19 150 €	15 875 €	343 560 €	113 843 €		845 722,59 €
Equipamento Administrativo	18 153 €	0 €	0 €	0 €			18 153,23 €
Equipamento de transporte	45 040 €	0 €	0 €				45 040,13 €
Outros AFTs	9 538 €	0 €	4 331 €	0 €			13 869,80 €
Total	3 228 054,91 €	-289 702,18 €	20 206,53 €	2 147 263,90 €	113 843,11 €	62 716,33 €	5 282 382,60 €

4. Conclusão

Apesar de todas as dificuldades, agravadas pelos anos de pandemia e contexto inflacionário muito elevado, o CPEM apresenta condições sociais, económicas e financeiras adequadas para o desenvolvimento do objeto da sua atividade, nomeadamente da ERPI, com um quadro de pessoal estável e qualificado que dá garantias de assegurar um serviço de qualidade e socialmente relevante.

Com o término deste mandato encerra-se também um longo segundo ciclo da história desta instituição, iniciado a seguir ao 25 de abril de 1974, com a instauração da democracia no país. A

evolução do CPEM desde então é o reflexo da evolução da intervenção social em Portugal e, em particular, do acompanhamento do processo interventivo sobre o envelhecimento e os cuidados a prestar aos velhos.

Para o núcleo duro dos membros dos corpos sociais que fizeram esta viagem, então jovens, hoje também já velhos, chega agora à sua estação de destino, entregando a condução da carruagem a uma outra equipa, mais jovem, mais qualificada e com um olhar mais moderno que o novo ciclo de respostas exige. Na chegada, tal como Ítaca, o que valeu foi a viagem, e essa foi tudo!

O núcleo mais jovem que incorporou estes corpos sociais foi fundamental, tornou-se o seu pilar, incedível em abnegação, solidariedade, sentido de equipa e coragem. Importa ter presente que durante os terríveis anos de 2020 e 2021, sem vacinas e sem horizontes de saída da pandemia à vista, perante um surto e com o pessoal reduzido a um terço, enfrentou corajosamente o vírus, cuidando sem descanso e quando não havia ajudas possíveis. Humanismo é isto, estruturar na ajuda ao outro os alicerces perenes da vida em sociedade e de realização pessoal. Que lição!

CPEM, 01 de março de 2023

O presidente da Direção,



(José Castro Guimarães)

Anexa-se Documentação e suportes contabilísticos.

Demonstração Resultados

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		617.138,61	540.276,37
Subsídios,doações e legados à exploração		254.066,68	221.428,58
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		134.597,81	138.882,51
Fornecimentos e serviços externos		151.018,27	136.524,83
Gastos com o pessoal		640.153,07	583.831,76
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		63.260,49	53.199,83
Outros gastos e perdas		8.103,26	12.983,18
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		593,37	(57.317,50)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		132.244,63	134.168,71
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(131.651,26)	(191.486,21)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		1,21	46,92
Resultado antes de impostos		(131.652,47)	(191.533,13)
Imposto sobre o rendimento do período		4.886,00	
Resultado líquido do período		(136.538,47)	(191.533,13)

QUINTA MINEIRA - CAMPOLIDE, 28 de Fevereiro de 2023

Contabilista Certificado



O Representante Legal

Balanço SNC

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		3.138.875,04	3.234.678,85
Propriedades de investimento		1.010.506,97	1.005.772,24
Outros activos financeiros		10.175,74	10.644,56
Activo corrente			
Inventários		2.040,89	1.929,23
Utentes		204,00	
Estado e outros entes públicos		4.189,39	5.376,95
Outras contas a receber		682,38	674,38
Diferimentos		2.320,12	2.674,20
Caixa e depósitos bancários		891.288,19	931.284,53
Total do activo ...		5.060.282,72	5.193.034,94
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		752.501,39	752.501,39
Resultados transitados		(329.302,88)	(137.769,75)
Outras variações no capital próprio		4.637.554,42	4.655.107,72
Resultado líquido do período		(136.538,47)	(191.533,13)
Interesses minoritários			
Total dos fundos patrimoniais...		4.924.214,46	5.078.306,23
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores		10.932,80	
Estado e outros entes públicos		26.029,14	20.705,40
Outras contas a pagar		97.605,02	94.023,31
Diferimentos		1.501,30	
Passivos não correntes detidos para venda			
Total do passivo...		136.068,26	114.728,71
Total dos fundos patrimoniais e do passivo ...		5.060.282,72	5.193.034,94

QUINTA MINEIRA - CAMPOLIDE, 28 de Fevereiro de 2023

Contabilista Certificado



O Representante Legal

ACTA N: 47

No dia um do mês de Março de dois mil e vinte e três, pelas dezanove horas e trinta minutos, reuniu na sede social do Centro Popular d'Espic Miranda, na Rua B, número um ao Bairro de Liberdade, em Lisboa, o Conselho Fiscal da Instituição, com a presença dos seus elementos, Carlos H. F. Alves, Afonso de Almeida, Ricardo de Costa Fernandes e Eduardo de Ascensão Faria, tendo a reunião como finalidade das pareceres sobre a Atividade e Contas de Gestão do ano de dois mil e vinte e dois, elaborada pela Direção, Relatores e Contas e serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Sócios de seis de Março de dois mil e vinte e três.

Relatores e Parecer do Conselho Fiscal

Acompanhou o Conselho Fiscal, nos termos legais e estatutários a gestão e atividade do Centro Popular d'Espic Miranda, bem como a execução orçamental no ano de dois mil e vinte e dois, contando o Conselho com a informação complementar da Direção e Instituição, quanto solicitou. Examinados o Balanço e a Demonstração de Resultados à data de trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, verificou um resultado líquido negativo de exercício no valor de cento e trinta e seis mil, quinhentos e trinta e oito euros e quarenta e sete centavos, sendo o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e juros no valor de quinhentos e noventa e três euros e trinta e sete centavos, positivo. No que diz respeito às despesas de investimento, verificamos que consideramos a cerca de um terço da verba orçamental de cem mil euros, investimento realizado na melhoria da climatização dos espaços comuns.

Não sendo sido necessário solicitar elementos adicionais a serem apresentados, foram as mesmas consideradas em condições de serem apresentadas à aprovação da Assembleia Geral de Sócios.

A reunião foi dada por fim às vinte horas e quarenta e cinco minutos, tendo sido elaborada a presente Acta que, achada em conformidade, foi ser assinada pelos membros do Conselho Fiscal presentes.

6 Presidente, Carlos Alfredo Baeza de 

0 Vocal, Edmunda Jonia.

0 Vocal, , 

GD
Marta

ACTAS

Acta nº 79

Aos seis dias do mês de março de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas, na sede social do Centro Popular d'Espie Miranda, na Rua B, nº1, Quinta da Mineira, Campolide, em Lisboa, reuniu em primeira convocatória a Assembleia Geral ordinária de Sócios, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação do Relatório e Contas de 2022 -----
2. Eleição dos Corpos Sociais para o quadriénio 2023-2026 -----
3. Aprovação do exercício de administração a tempo parcial por membro da Direção. -----

A convocatória foi enviada por correio eletrónico para todos os associados, afixada na sede e publicada no site do CPEM, nos termos do artigo 60º dos Estatutos das IPSS, versão consolidada. -----

Presidiu aos trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Boaventura Calvário Antunes, acolitado por Marta Lourenço, secretário da Mesa da Assembleia Geral. -----

Verificado o número de sócios presentes, doze, e de acordo com os Estatutos, foi suspensa a Assembleia por uma hora, tendo-se reiniciado às dezanove horas, em segunda convocatória. -----

Reiniciados os trabalhos, sendo agora quinze os sócios presentes, o Presidente da Mesa deu então a palavra à Direção para o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos. Nele tomou a palavra o diretor Rafael Rodrigues, tesoureiro, que apresentou o Relatório e Contas de 2022, tendo salientado que apesar de não haver défice sobre a despesa corrente, não foi possível reduzir os encargos com a ERPI à receita obtida. De seguida, abriu-se um período para esclarecimentos, findo o qual se procedeu à votação da proposta apresentada. O Relatório e Contas foram aprovados por unanimidade, sendo os seus valores macro os seguintes: Proventos e ganhos no valor de novecentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco euros e setenta e oito centimos; Custos e perdas no valor de um milhão, setenta e um mil e quatro euros e vinte e cinco centimos; Resultado Líquido de exercício negativo, no valor de cento e trinta e seis mil, quinhentos e trinta e oito euros e quarenta e sete centimos.-----

Passou-se ao ponto 2 da Ordem de Trabalhos, tendo o Presidente da Assembleia Geral, Boaventura Antunes, comunicado que havia uma lista única candidata aos Corpos Sociais para o quadriénio 2023-2026, com a seguinte composição: -----

Assembleia Geral -----

Presidente – Luís Miguel Pissarra Esteves -----

Vice-Presidente – Maria Júlia Pina Baptista -----

Secretário – Lígia Ataíde Afonso -----

Conselho Fiscal -----

Presidente – João Filipe Almeida d'Eça Galvão de Carvalho -----

Vogal – Eduarda Ascensão Faria -----

Vogal – Rui Manuel Nogueira de Carvalho -----

Direção -----

Presidente – Ricardo Costa Fernandes -----

Tesoureiro – Patrícia Sousa Gouveia -----

Vogal – José Castro Guimarães -----

1º Suplente – Nuno Miguel Reis Clérigo -----

2º Suplente – Marta Matos Lourenço -----

Em nome da lista candidata, Ricardo da Costa Fernandes, explicitou que os dois principais objetivos da lista para o mandato são consolidar a marca CPEM como um projeto de qualidade de apoio à população idosa e obter meios de financiamento próprios que colmatem o défice crónico da ERPI em razão da insuficiência da receita somada da comparticipação dos utentes com a comparticipação da Segurança Social para cobrir os custos do serviço. -----

A lista candidata foi submetida a aprovação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

No ponto 3 da Ordem de Trabalhos, José Castro Guimarães alertou para a necessidade de se autorizar desde já a presença de um diretor a tempo parcial na instituição para poder responder às múltiplas solicitações de gestão e administrativas correntes, o que implica a sua aprovação pela Assembleia Geral da solução. -----

A assembleia geral de sócios entendeu que o exercício de administração do CPEM, atentas as necessidades correntes de aprovar e realizar pagamentos, diligenciar cobranças e controlar custos, exige e justifica a

ACTAS

presença de um diretor a tempo parcial, com a presença de duas vezes por semana, e aprovou, por unanimidade, que seja o presidente da Direção, Ricardo da Costa Fernandes a exercer essas funções de administração corrente a título remunerado. A remuneração ilíquida também deve ser proporcional, tendo como referência unitária o estipulado no artigo 18º do Regime Jurídico das IPSS, ou seja, tendo como limite 4 vezes o valor do IAS (indexante de apoios sociais). -----

Esgotada a ordem de Trabalhos, pelas vinte horas, foi dada por encerrada a Assembleia Geral de Sócios, da qual foi lavrada a presente acta que por mim, Boaventura Antunes, na qualidade de Presidente da mesa da Assembleia Geral e Marta Lourenço, que secretariou, vai passar a ser assinada. -----

O Presidente,

Boaventura José Carlos Antunes

O Secretário,

Marta Maria Mateos Lourenço